



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO
Coordenadoria de Administração
Divisão de Contratações e Gestão Contratual

TERMO DE REFERÊNCIA

DISPENSA ELETRÔNICA - Art. 75, inciso II, Lei 14.133/2021

PGEA 1.03.000.000224/2026-00

SUMÁRIO

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO.....	3
2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO.....	4
Justificativa da contratação:.....	4
Enquadramento da contratação:.....	4
3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.....	5
4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.....	6
Sustentabilidade.....	6
Indicação de marcas ou modelos.....	6
Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço.....	7
Da exigência de amostra.....	7
Subcontratação.....	9
Garantia da Contratação.....	9
Da exigência de carta de solidariedade.....	9
5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.....	9
Condições de Entrega.....	9
Prazo de garantia.....	10
Obrigações da Procuradoria Regional da República da 3ª Região/contratante.....	12
Obrigações da contratada.....	12
6. GESTÃO DA CONTRATAÇÃO.....	13
Fiscalização.....	14
Fiscal Técnico.....	14
Fiscal Administrativo.....	14
Gestor.....	15

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO.....	16
Recebimento.....	16
Liquidação.....	17
Das condições de pagamento.....	18
Antecipação de pagamento.....	19
8. SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO.....	20
Forma de seleção e critério de julgamento da proposta.....	20
Forma de Fornecimento.....	20
Exigências de habilitação fiscal, social e trabalhista.....	20
Qualificação Econômico-Financeira.....	20
Qualificação Técnica.....	20
9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.....	21
10. PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS.....	22
11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	22
12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	26

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. Trata-se de aquisição de teclados e mouses, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATMAT			Unidade de Medida	Quantidade
		Classe	PDM	Código		
1	TECLADO	7060	13510	451817	unidade	20
2	MOUSE	7060	5409	451822	unidade	20

- 1.1.1. Os **bens** objetos desta contratação são caracterizados como **comuns**, isto é, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do artigo 6º, inciso XIII, da Lei 14.133/21.
- 1.1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021 e Portaria PGR/MPU nº 85, de 27 de maio de 2022.
- 1.1.3. Os objetos desta contratação estão classificados na classe de materiais/padrão descritivo de materiais (PDM) do Sistema de Catalogação de Material do Governo Federal, relacionados na tabela acima.
- 1.1.4. O fornecimento dos bens é enquadrado como não-contínuo.
- 1.1.5. Os quantitativos indicados foram baseados na necessidade de substituir e complementar o parque computacional da PRR3, composta por estações de trabalho do tipo desktop com os prazos de garantia expirados e do aumento de servidores no trabalho presencial conforme estabelecido pela PORTARIA PGR/MPU Nº 22, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2026. Periféricos de entrada, como mouses e teclados, possuem vida útil limitada devido ao desgaste natural e diário de seus componentes mecânicos. Atualmente, o estoque da unidade encontra-se em níveis críticos (restando apenas cerca de 6 teclados e menos de 20 mouses), o que impossibilita o pronto atendimento a falhas.
- 1.1.6. Em razão dos descritivos dos códigos constantes do sistema compras.gov.br não possuírem o mesmo nível de detalhamento do objeto desta contratação, as propostas deverão atender às especificações técnicas dispostas nos descritivos constantes neste Termo de Referência.
- 1.1.7. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias, contados a partir da emissão da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.1.8. A formalização será feita por meio de nota de empenho, nos termos dos incisos I e II do art. 95 da Lei nº 14.133/21.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Não se faz necessário incluir a demanda no PCA 2026 em virtude do valor, conforme Nota Técnica nº 416/2025 AEGON/SG (PGR-00257728/2025) e parágrafo único, inciso III do art. 11 da Portaria PGR/MPU nº 38/2023. Ainda, a demanda está alinhada à política de promoção da qualidade de vida no trabalho, conforme previsto no Mapa Estratégico 2024–2027 do Ministério Público Federal, especialmente, no objetivo de fomentar um ambiente de trabalho seguro, saudável e sustentável.

Justificativa da contratação:

- 2.2. A aquisição dos periféricos de informática visa garantir a continuidade das atividades administrativas e operacionais da instituição, proporcionando substituição de equipamentos desgastados, manutenção da padronização tecnológica e adequação ergonômica dos postos de trabalho.
- 2.2.1. a aquisição de mouses e teclados para recomposição imediata do estoque operacional do núcleo de atendimento aos usuários da Procuradoria Regional da República da 3ª Região (PRR3). A necessidade decorre do fato de que o atual parque computacional da PRR3, composto por estações de trabalho do tipo desktop, encontra-se envelhecido e com os prazos de garantia expirados e também do aumento de servidores no trabalho presencial conforme estabelecido pela PORTARIA PGR/MPU Nº 22, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2026.
- 2.2.2. Sob a ótica do interesse público, a pronta substituição desses periféricos é essencial. A falta de um simples teclado ou mouse inviabiliza o uso de toda a estação de trabalho, o que pode causar a paralisação das atividades laborais de servidores e membros, prejudicando a eficiência administrativa e o andamento da prestação jurisdicional e dos serviços essenciais à sociedade.

Enquadramento da contratação:

- 2.3. A contratação por DISPENSA DE LICITAÇÃO fundamenta-se no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, e na Portaria PGR MPU Nº 148/2022 e nas demais normas legais e regulamentares atinentes à matéria.
- 2.4. Registra-se que, em razão da baixa complexidade do objeto, do reduzido valor estimado, do histórico de contratações similares e da natureza pontual da demanda, entende-se não ser necessária a elaboração de Estudo Técnico Preliminar (ETP), nos termos do art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021. A formalização da dispensa consta do DESPACHO Nº 4816/2026/SECREG/ PRR3ª – [PRR3ª-00010916/2026](#), proferido pelo Sr. Secretário Regional no uso das suas atribuições regimentais.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 3.1. O objeto da contratação compreende a aquisição de 20 (vinte) teclados e 20 (vinte) mouses com as seguintes especificações:
- 3.1.1. Item 1 - Teclados
- 3.1.1.1. Cor preta;
- 3.1.1.2. Padrão AT do tipo estendido com todos os caracteres da língua portuguesa do Brasil e bloco de teclado numérico;
- 3.1.1.3. Padrão ABNT-2;

- 3.1.1.4. Conexão USB Tipo A macho, sem uso de adaptadores, plug 'n play;
- 3.1.1.5. Ajuste de altura e/ou inclinação do teclado;
- 3.1.1.6. A impressão sobre as teclas do tipo permanente, não apresentando desgaste por abrasão ou uso prolongado;
- 3.1.1.7. Sistemas Operacionais: Compatibilidade nativa com Windows e Linux;
- 3.1.1.8. Comprimento do cabo de 1.2 metros, no mínimo.
- 3.1.2. Item 2 - Mouses
 - 3.1.2.1. Cor preta;
 - 3.1.2.2. Conexão USB Tipo A macho, sem uso de adaptadores, plug 'n play;
 - 3.1.2.3. Comprimento do cabo de 1.5 metros, no mínimo;
 - 3.1.2.4. Resolução de 1000 (mil) dpi;
 - 3.1.2.5. Tecnologia óptica, de conformação ambidestra, com botões esquerdo, direito e central próprio para rolagem;
 - 3.1.2.6. Mínimo de 3 botões (Esquerdo, Direito e Botão de Rolagem/Scroll central);
 - 3.1.2.7. Sistemas Operacionais: Compatibilidade nativa com Windows e Linux;
 - 3.1.2.8. Tamanho: Médio ou Grande (Full-size), não serão aceitos mini mouses.
- 3.2. Fazem parte da presente especificação, no que forem aplicáveis, as normas dos fabricantes.
- 3.3. O objeto da contratação compreende a aquisição de todos os materiais descritos na tabela do item “1.1” deste instrumento, nas quantidades ali indicadas, para que a necessidade levantada seja integralmente solucionada.
- 3.4. Poderão oferecer propostas comerciais pessoas jurídicas que explorem ramo de atividade compatível com o objeto deste Termo de Referência e que atendam às suas exigências.
 - 3.4.1. A proposta deverá indicar os preços unitário e total de cada item ofertado, bem como marca e modelo, para os itens que exigem tal indicação.
 - 3.4.2. Qualquer fornecedor poderá apresentar proposta para um ou mais itens de seu interesse.
 - 3.4.3. O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias contados da data de sua apresentação.
 - 3.4.4. Caso o prazo de validade da proposta não esteja expressamente indicado, será considerado como de 60 (sessenta) dias para efeito de julgamento.
- 3.5. O critério para o julgamento das propostas será o de menor preço unitário por item.
- 3.6. Os preços propostos serão fixos, irredutíveis e deverão abranger todas as despesas incidentes sobre o objeto da contratação, tais como custos diretos e indiretos, tributos, transporte, seguros, lucro etc.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. A contratação deverá contemplar os seguintes critérios de sustentabilidade:

4.1.1. Sustentabilidade Ambiental:

- 4.1.1.1. Seguir a Portaria PGR/MPF nº 290, de 9 de maio de 2023 que dispõe sobre a Política de Sustentabilidade, o Plano de Logística Sustentável e a Rede MPF Sustentável no âmbito do Ministério Público Federal.
- 4.1.1.2. Considerando o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, seja privilegiado, quando possível, fornecedores e produtos que observem os critérios e práticas sustentáveis previstos nos incisos do artigo 4º.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas de referência, de acordo com art. 41, inciso I, alínea d, da Lei nº 14.133/21.

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Da exigência de carta de solidariedade

4.5. Não haverá exigência de carta de solidariedade por se tratar de equipamento periférico comum, amplamente encontrado no mercado e a exigência, sendo desnecessária, comprometeria o princípio da competitividade e isonomia (artigo 41, IV, artigo 5º e artigo 9º, I da Lei 14.133/2021).

Da exigência de amostra

4.6. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, ao interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar, poderá ser solicitada, a critério da PRR/3ª Região, amostra do objeto licitado para averiguação da adequação do material ofertado às especificações constantes neste Termo de Referência, assim como se atende com eficácia ao fim que se destina.

4.6.1. Poderão ser exigidas amostras de todos os itens.

4.6.2. Caso exigidas, as amostras deverão ser entregues dentro de **03 (três) dias úteis**, contados da sua solicitação, no seguinte endereço: Alameda Ribeirão Preto, nº 45, São Paulo/SP, no Núcleo de Atendimento ao Usuário – NUAU, telefone (11) 2192-8957, das 12 às 18 horas, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.6.3. É facultada a prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes do fim do prazo.

- 4.6.4. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.
- 4.6.5. A remessa e a retirada da amostra apresentada ficará a cargo do fornecedor, não cabendo qualquer ônus à PRR/3ª Região.
- 4.6.6. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:
 - 4.6.6.1. Plena conformidade dos mouses ofertados com as especificações técnicas, quantitativos e exigências estabelecidas neste Termo de Referência (TR); e
 - 4.6.6.2. Plena conformidade dos teclados ofertados com as especificações técnicas, quantitativos e exigências estabelecidas neste Termo de Referência (TR).
- 4.6.7. O resultado das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
 - 4.6.7.1. Se as amostras apresentadas pelo primeiro classificado não forem aceitas, será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.
 - 4.6.7.2. A amostra deverá ser enviada na embalagem original do produto e será tratada como protótipo, podendo ser aberta, manuseada e, se necessário, desmontada pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento. Ao final da avaliação, a amostra poderá ser devolvida ao fornecedor/licitante no estado em que se encontrar.
 - 4.6.7.3. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.
 - 4.6.7.4. A apresentação das amostras não será condição de habilitação, tampouco impedimento à participação, estando esta limitada à fase de classificação das propostas, devidamente disciplinada no instrumento convocatório – Decisões TCU nºs 85/2002 Plenário e 1102/2001 Plenário.
 - 4.6.7.5. A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome e CNPJ do fornecedor/licitante, conter os respectivos prospectos e manuais, se for o caso, e dispor na embalagem de informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, sua marca, número de referência, código do produto e modelo.
 - 4.6.7.6. A amostra que obtiver aprovação poderá permanecer na PRR/3ª Região até que seja efetivada a entrega do objeto pela licitante vencedora, a fim de ser com esta comparada.

- 4.6.7.7. A proposta será desclassificada quando rejeitada a amostra, por apresentar divergência em relação às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, bem como no caso de sua não apresentação ou atraso, sem justificativa aceita pela PRR/3ª Região, no prazo estabelecido no subitem 4.6.2.
- 4.6.7.8. Caso as amostras fornecidas sejam novas, de primeiro uso e, ao final dos testes, estejam em perfeitas condições, poderão ser admitidas como parte do objeto a ser entregue, a critério da PRR/3ª Região. Caso a PRR/3ª Região decida pela devolução ou no caso de reprovação das amostras, a licitante terá o prazo de 30 (trinta) dias para a retirada.
- 4.6.7.9. A empresa poderá enviar um técnico para acompanhar a análise do seu produto, porém, sem nenhum custo para a PRR/3ª Região.
- 4.6.7.10. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 30 (trinta) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de **até 30 (trinta) dias corridos**, contados da confirmação do recebimento da nota de empenho.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 07 (sete) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. A entrega dos materiais deverá ser realizada de segunda a sexta, das 12h às 18h, mediante agendamento prévio perante a Seção de Logística – SELOG, no seguinte endereço: Alameda Ribeirão Preto, nº 45, bairro Bela Vista, São Paulo/Capital, CEP 01331-001.
 - 5.3.1. O agendamento prévio mencionado no item supra deverá ser realizado com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência com o Sr. Wesley Vidal, por meio dos seguintes contatos: telefone (11) 2192-8957, (11) 99145-7560 (whatsapp) e e-mail: wesleyvidal@mpf.mp.br.
- 5.4. A nota de empenho será enviada via endereço eletrônico (e-mail) fornecido pela contratada.
 - 5.4.1. Caso não haja a confirmação do recebimento da nota de empenho por parte da contratada, o termo inicial do prazo mencionado no item “5.1.” será o dia útil seguinte ao envio.
- 5.5. Desde já se considera o endereço eletrônico (*e-mail*) o meio de comunicação padrão desta PRR/3ª Região para tratar dos assuntos relacionados a esta contratação.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.6. Os bens objeto da presente contratação terão garantia mínima de 90 (noventa) dias, em consonância com o estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), a contar do recebimento definitivo, prevalecendo a garantia oferecida pelo fabricante se o prazo for superior, dentro do qual a contratada substituirá todos os produtos que venham a apresentar defeitos de fabricação, sem qualquer ônus à contratante.

Obrigações da Procuradoria Regional da República da 3ª Região/contratante

- 5.7. A Procuradoria Regional da República da 3ª Região se obriga a:
- 5.7.1. permitir acesso dos empregados da contratada às dependências de suas unidades para a entrega do objeto contratado, conforme condições estabelecidas neste instrumento;
 - 5.7.2. prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da contratada;
 - 5.7.3. relacionar-se com a contratada, exclusivamente, por meio de pessoa por ela credenciada;
 - 5.7.4. efetuar, com pontualidade, os pagamentos à contratada, após o cumprimento das formalidades legais;
 - 5.7.5. rejeitar objeto que não atenda aos requisitos especificados no Termo de Referência;
 - 5.7.6. cumprir as disposições estabelecidas neste Termo de Referência.

Obrigações da contratada

- 5.8. A contratada se obriga a:
- 5.8.1. respeitar as normas e procedimento de controle interno, inclusive de acesso às dependências da Procuradoria Regional da República da 3ª Região;
 - 5.8.2. estar em condições de fornecer os bens a partir da data de recebimento da nota de empenho;
 - 5.8.3. entregar os bens no prazo estabelecido neste termo, sob pena de incidência das sanções previstas em lei em caso de descumprimento;
 - 5.8.4. reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste contrato em que se verificarem vícios, erros ou incorreções, nos termos do item "5.6";
 - 5.8.5. fornecer os bens para os quais sagrar-se vencedora, em estrita conformidade com as especificações e condições exigidas, devendo estar já inclusos nos valores propostos todos os custos, impostos, taxas, fretes e demais encargos pertinentes à formação do preço;
 - 5.8.6. relatar à PRR/3ª Região toda e qualquer irregularidade ocorrida que impeça ou retarde o fornecimento dos materiais, efetuando o registro da ocorrência com todos os dados e circunstâncias julgados necessários, e prestar os esclarecimentos quando

solicitados;

- 5.8.7. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 5.8.8. responder por quaisquer danos pessoais e/ou ao patrimônio, causados diretamente ou indiretamente à contratante, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo sua responsabilidade pela existência de fiscalização ou o acompanhamento por parte da contratante;
- 5.8.9. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado sem prévia e expressa anuência da contratante.

6. GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato ou instrumento equivalente, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre a contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. A Nota de Empenho substitui o instrumento de contrato, nos termos do art. 95, inc. I, da Lei nº 14.133/2021, e a adjudicatária passa à condição de contratada após recebê-la.
- 6.5. A contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.7. A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is), ou pelos respectivos substitutos, designados por meio de Portaria.
- 6.8. A fiscalização da presente contratação será exercida por um fiscal técnico e um fiscal administrativo/gestor.
 - 6.8.1. Será designado agente público lotado no setor requisitante do objeto da contratação para a atuação da atribuição de fiscal técnico.

- 6.8.2. Será designado agente público para atuação simultânea de fiscal administrativo e gestor, conforme previsto nos arts. 3º e 13 da Portaria PGR/MPU nº 28 de 16 de março de 2023, em razão da baixa complexidade do objeto.

Fiscal Técnico

- 6.9. O fiscal técnico acompanhará a execução da contratação, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas neste termo de referência, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.9.1. O fiscal técnico verificará se, no fornecimento, a especificação, o valor unitário ou total, a quantidade e os prazos de entrega estão de acordo com o estabelecido neste termo de referência.
- 6.9.2. O fiscal técnico anotará todas as ocorrências relacionadas à execução da contratação, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.9.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico informará imediatamente o fiscal administrativo/gestor que emitirá notificações para a correção da execução da contratação, determinando prazo para cumprimento.
- 6.9.4. O fiscal técnico informará ao fiscal administrativo/gestor, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as providências cabíveis e saneadoras, se for o caso.
- 6.9.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da contratação nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao fiscal administrativo/gestor.
- 6.9.6. O fiscal técnico realizará o recebimento provisório do objeto contratado, mediante termo que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

Fiscal Administrativo/Gestor

- 6.10. O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.11. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução da contratação e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.11.1. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade pendente de resolução, o gestor emitirá notificações para a correção da execução da contratação, determinando prazo para cumprimento.
- 6.12. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal técnico quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

- 6.13. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.14. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.15. Confeccionar e assinar o termo de recebimento definitivo, com base nas informações produzidas no recebimento provisório, mediante termo que comprove o atendimento das exigências deste Termo de Referência.
- 6.16. Enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento.
- 6.17. Analisar os documentos apresentados para pagamento, conferindo as condições estabelecidas na contratação, e notificar, se necessário, a contratada para regularização de impropriedade constatada.
- 6.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
 - 7.3.1. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
 - 7.3.2. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#),

comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

- 7.3.3. O prazo para a solução, pela contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.3.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 7.3.5. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta da contratada e são condições para o recebimento do objeto.

Liquidação

- 7.4. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).
- 7.5. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.6. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - 7.6.1. o prazo de validade;
 - 7.6.2. a data da emissão;
 - 7.6.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 7.6.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 7.6.5. o valor a pagar;
 - 7.6.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.
- 7.8. A Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

- 7.9. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 7.9.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
 - 7.9.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 7.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 7.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 7.14. Caso a contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar com a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.

Das condições de pagamento

- 7.15. O pagamento será efetuado no **prazo de até 10 (dez) dias úteis** a contar da finalização da liquidação da despesa/recebimento definitivo conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 7.16. O pagamento será efetuado desde que a contratada realize a cobrança, por meio de Nota Fiscal/Fatura contendo dados bancários e devidamente discriminada, com detalhamento dos serviços executados, de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, inclusive no que se refere às retenções tributárias.
- 7.17. O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à contratada, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
- 7.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação

aplicável.

- 7.20. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 7.21. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

$I = \frac{(TX/100)}{365}$, assim apurado: $I = \frac{(6/100)}{365}$ $I = 0,00016438$

Em que:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

- 7.22. No pagamento do(s) bem(ns) descrito(s) na Nota Fiscal, será verificada a pertinência da retenção do Imposto sobre a Renda (IR), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição para o PIS/PASEP, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. Ademais, a retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) ocorrerá desde que esteja prevista em regulamento que se aplique ao caso.

Antecipação de pagamento

- 7.23. Não será admitida a antecipação de pagamento.

8. SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO por item.

Forma de Fornecimento

- 8.2. O fornecimento do objeto será integral e imediato.

Exigências de habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.3. Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, deverão ser observados os requisitos exigidos no Aviso de Dispensa de Licitação.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.4. Para fins de qualificação econômico-financeira, deverão ser observados os requisitos exigidos no Aviso de Dispensa de Licitação.

Qualificação Técnica

- 8.5. Para fins de qualificação técnica, deverão ser observados os requisitos exigidos no Aviso de Dispensa de Licitação.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. A proposta de preços deverá ser apresentada com a quantidade, preço unitário e total, em moeda nacional, já consideradas as despesas dos tributos e demais custos que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 9.2. Os valores estimados para a aquisição são os seguintes:

Item	Especificação	Unidade de medida	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	teclado	unidade	20	R\$ 31,82	R\$ 636,40
2	mouse	unidade	20	R\$ 32,85	R\$ 657,00

- 9.3. O **valor total estimado** para a contratação é de **R\$ 1.293,40 (mil, duzentos e noventa e três reais e quarenta centavos)**.
- 9.4. Os preços unitários constantes da tabela referem-se aos limites máximos para contratação. Portanto, itens da proposta comercial que apresentarem cotação superior à indicada na tabela serão desclassificados.

10. PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

- 10.1. As partes se comprometem a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente, a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), o Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/14) e demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes, e, de forma específica para a contratante, o disposto na Resolução nº 281, de 12 de dezembro de 2023, do Conselho Nacional do Ministério Público, que institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais no Ministério Público.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), a contratada que:
- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- f) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial injustificada do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.2.1.1. As determinações do fiscal do contrato previstas no exercício das atribuições do [art. 117, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#), não configuram a sanção de advertência;

11.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do item 11.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do item 11.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.2.4. **Multa:**

11.2.4.1. **Multa Moratória**, nos termos do Art. 162 da Lei nº 14.133/2021, quando:

- a) ensejar o retardamento da execução do serviço contratado, de forma injustificada, correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, até o limite de 30% (trinta por cento).
- b) ocorrer atraso no cumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais, no percentual 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato, ou de 1% (um por cento) do valor do contrato quando a cláusula for de obrigação acessória imprescindível para plena execução do objeto, **até o décimo quinto dia de mora.**

11.2.4.2. **Multa Sancionatória**, decorrente das infrações previstas no [art. 155 da Lei 14.133/2021](#), que serão graduadas conforme critérios previstos na Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de setembro de 2023;

- a) O limite mínimo da multa sancionatória é de 0,5% (cinco décimos por cento) e o máximo é de 30% (trinta por cento), cuja base de cálculo consiste no valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, para os contratados;
- b) Após o **décimo quinto dia de mora** de qualquer obrigação contratual, quando haverá a inexecução do contrato, que poderá configurar as infrações das alíneas "a", "b", "c" e "d" do item 11.1 e para as quais serão aplicadas as seguintes multas sancionatórias, com os referidos percentuais incidentes:

- b.1) multa de 3 a 5% no caso da alínea "a" do item 11.1;
- b.2) multa de 10 a 15% no caso da alínea "b" do item 11.1;
- b.3) multa de 15 a 20% no caso da alínea "c" do item 11.1; e
- b.4) multa de 5 a 10% no caso da alínea "d" do item 11.1

- 11.3. A dosimetria do prazo das sanções previstas nos incisos III e IV do [art. 156 da Lei 14.133/2021](#) será feita na forma da Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de setembro de 2023;
- 11.4. Para as infrações previstas no [art. 155, II e III, da Lei nº 14.133, de 2021](#) será permitido sanção superior à fixada para o caso de simples inexecução parcial.
- 11.5. Caso a prestação do serviço ou entrega do objeto não mais seja útil em razão da demora, segundo parecer da área técnica interessada, restará configurada inexecução contratual.
- 11.6. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à contratante. ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 11.7. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração promova a extinção unilateral do contrato e aplique outras sanções contratuais e legais.
- 11.8. No caso do item anterior, a multa de mora será convertida em multa compensatória e descontada do valor da indenização devida à Administração, se houver.
- 11.9. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa. ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 11.10. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 11.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela contratante à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada judicialmente. ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 1.1. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

- 11.12. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e na Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de setembro de 2023, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.13. Determinada a abertura de processo pela autoridade competente, o acusado deverá ser notificado, por meio de ofício, para apresentação de defesa preliminar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação, nos moldes da Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de setembro de 2023.
- 11.13.1. As notificações expedidas deverão ser enviadas preferencialmente eletrônicas, por meio do e-mail informado pela contratada, quando do ingresso no certame ou na contratação.
- 11.13.2. Não havendo resposta em até 2 (dois) dias úteis, ou na impossibilidade de confirmação da ciência do e-mail, a notificação deverá ser encaminhada pelos Correios com aviso de recebimento (AR).
- 11.14. São critérios para a dosimetria da penalidade os elencados no [art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#) e os estabelecidos na Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de setembro de 2023:
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para a contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159) e em regulamento do MPU.
- 11.16. Quando a mesma conduta resultar em infração à [Lei nº 12.846/2013](#) e à Lei nº 14.133/2021, as sanções serão impostas de forma independente e cumulada, na forma do [art. 30, II, da Lei nº 12.846/2013](#), de acordo com o disposto no art. 9º da Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de setembro de 2023.
- 11.17. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito,

com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia [\(art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021\)](#).

- 11.18. A contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. [\(Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021\)](#)
- 11.19. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).
- 11.20. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes de documentos de formalização que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, mediante a seguinte dotação:
- 12.1.1. Gestão/Unidade: 200204
- 12.1.2. Fonte de Recursos: 1000000000
- 12.1.3. Programa de Trabalho: 172236
- 12.1.4. Elemento de Despesa: 339030
- 12.1.5. Plano Interno: MBASIC
- 12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Há anexos no pedido: Não

São Paulo, *data da assinatura eletrônica*.

(assinado digitalmente)

ANA TERESA DE MORAES

TÉCNICA DO MPU/ADMINISTRAÇÃO